



**SOMOS TODAS FEMINISTAS?  
CONVERSA SOBRE FEMINISMO BRANCO, FEMINISMO NEGRO,  
MULHERISMO AFRICANA E POSSÍVEL FUGA DAS CATEGORIAS COLONIAIS  
DE GÊNERO E SEXUALIDADE.**

***ARE WE ALL FEMINISTS?  
TALK ABOUT WHITE FEMINISM, BLACK FEMINISM, AFRICAN WOMENISM AND  
A POSSIBLE ESCAPE FROM COLONIAL CATEGORIES OF GENDER AND  
SEXUALITY.***

Tatiane de Menezes Bezerra<sup>1</sup>

Tarcísio Moreira Mendes<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Cosmopercepção; Feminismos; Mulherismo Africana.

**Keywords:** Cosmoperception; Feminisms; Africana Womanism.

O presente resumo expandido tem como objetivo geral a problematização do conceito mulher usado nos movimentos feministas hegemônicos. Traz como objetivos específicos a problematização do branqueamento da luta de mulheres por direitos, a racialização do debate acerca das ditas ondas feministas, buscando apresentar uma introdução ao pensamento Mulherismo Africana e a tese desenvolvida de pela nigeriana Oyérònké Oyěwùmí. Usa como metodologia a análise bibliográfica. No surgimento do Movimento Feminista lembramos sempre das sufragistas estadunidenses: mulheres brancas, maioria de classe média ou alta, que lutavam pela conquista do direito político. Hegemonicamente, autoras que debatem o movimento feminista o divide em três ondas. Ao ouvirmos falar das ondas, parece que não houve protagonismo das mulheres negras. Às vezes este protagonismo somente é lembrando na terceira onda. A primeira onda feminista é marcada por um período de efervescência das atividades de mulheres brancas entre o século XIX e o

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF. [menezes.taty@gmail.com](mailto:menezes.taty@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Educação, assessor da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA/ PJF. [tarcisiodumont@yahoo.com.br](mailto:tarcisiodumont@yahoo.com.br).



final do século XX, principalmente nos Estados Unidos e Reino Unido, inicialmente buscando igualdade de direitos civis, tais como o direito à propriedade, o fim dos casamentos por imposição das famílias, direitos sexuais e reprodutivos, ampliando, mais tarde, à luta pelo poder político. Mas as mulheres não-brancas não estariam também presentes? Infelizmente, a história contada às vezes silencia as mulheres não-brancas, assim como não inclui as mulheres brancas operárias. Em 1851, na Convenção das mulheres de Ohio, acontece o discurso de Sojourner Truth, abolicionista e ex-escravizada e que seria a marca da intersecção na luta do sufrágio feminino e dos direitos dos negros. Ela disse: “Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas em carruagens, erguidas sobre valas e ter o melhor lugar em todo lugar. Ninguém me ajuda em carruagens, ou em poças de lama, ou me dá o melhor lugar! E eu não sou mulher? Olhe para mim! Olhe meu braço! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente.” (DAVIS, 2016, p. 77). O momento marca o questionamento acerca da feminilidade e a ruptura com as definições sociais, levantando o debate acerca da “pureza” das mulheres brancas e reforçando a luta e existência de outras mulheres. Importante entender que neste período pessoas negras eram ainda escravizadas e consideradas homens (homens e mulheres). A categoria mulher serviria apenas para designar mulheres como brancas. Truth inspirou autoras como bell hooks (grafado assim, em minúsculas, em homenagem à sua avó), cujo título do primeiro livro é “E eu não sou uma mulher?” (1981), assim como trabalhos de Kimberlé Crenshaw, que criou o conceito de “interseccionalidade”, dando força aos questionamentos contemporâneos de intelectuais negras: “Quando a teoria feminista e a política, que alegam refletir as experiências das mulheres e as aspirações das mulheres, não incluir ou falar com mulheres negras, mulheres negras devem perguntar: “Não somos mulheres?” (CRENSHAW, 2019). A segunda onda corresponde às atividades feministas iniciadas na década de 1960 até o final da década de 1980. Permanecendo no debate eurocêntrico, surge com mais força a problematização do gênero. Feministas se apropriam desta categoria para se oporem ao determinismo biológico que emergia como justificativa de subordinação das mulheres aos homens. Simone de Beauvoir lidera o debate acerca da



diferenciação de gênero e sexo biológico representado pela expressão “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Foi neste momento que surgem as primeiras formas de contracepção medicalizada e rompimento com a maternidade compulsória. A terceira onda, que ocorreu no final da década de 1990, é marcada por desconstruções do feminismo tradicional, surgindo outros feminismos. A autora Judith Butler faz parte deste período e elabora a teoria Queer, questionando a clássica diferença sexual através da problematização da construção do gênero, da sexualidade, apostando numa pluralidade de identidades. Por fim, uma quarta onda, que emerge com o fortalecimento das redes sociais, neste mundo cibernético. Momento marcado pela ressignificação do gênero e consolidação do conceito de identidade de gênero; da teoria Queer e do fortalecimento do feminismo negro, assim como surgimento do Transfeminismo, de Paul B. Preciado. Há também uma reivindicação para que a discussão acerca de gênero e sexualidade saia do mundo acadêmico, ao mesmo tempo em que há uma entrada da academia no mundo virtual. A historiografia hegemônica tem trabalhado no registro das quatro ondas do dito Movimento Feminista. No entanto, há ainda pesquisadoras negras que não se veem representadas em nenhuma dessas ondas e apostam no movimento conceituado como “Mulherismo Africana”. O Mulherismo Africana nasce nos EUA, em 1987, com Cleonora Hudson-Weems e se produz como uma crítica ao movimento feminista, já que desde sua primeira onda as reivindicações feministas estavam aquém das necessidades políticas das mulheres negras e/ou suas conquistas excluíram sistematicamente a racialização do corpo feminino. A filósofa brasileira negra Katiúscia Ribeiro, Mestra e doutoranda em Filosofia Africana na UFRJ, e mulherista, enfatiza que o conceito Mulherismo Africana (escrito assim no feminino, em referência ao Latim como língua moura/negra) é uma política de perspectiva afrocentrada. Na diferença da pura rejeição às conquistas do feminismo negro ou do feminismo interseccional – conceito cunhado por Crenshaw e que no Brasil é disseminado principalmente por meio do trabalho de Carla Akotirene, que compreende a relação das opressões de raça, de classe e de gênero – o Mulherismo Africana se apresenta como um desafio de pensar um corpo político de mulheres negras que não se viram amparadas, por exemplo, pelas políticas de



enfrentamento ao feminicídio. Colocando a raça como um elemento fundamental na produção das opressões contemporâneas, o Mulherismo Africana abarca também os homens negros como principais aliados e que muitas vezes ficam excluídos pelas políticas radicais feministas. Katiúscia Ribeiro desse modo, discorda que o feminismo negro seja o predecessor do movimento feminista, que recebe este nome, destaca a pesquisadora, ainda como efeito do movimento das mulheres brancas. Segundo a filósofa, o mulherismo africana não tem como foco principal a discussão de gênero, mas a realidade dos corpos negros em nossa sociedade dita ocidental, “Mas o Mulherismo Africana não está ancorado nas discussões de gênero que, pensando assim, não dão conta de pensar o racismo como um todo” (RIBEIRO, 2019). Deste modo, o desejo do mulherismo africana é produzir uma aliança possível entre corpos negros de mulheres e homens, potencializando o enfrentamento ao racismo estrutural de nossa sociedade. Pois é quase impossível pensar o genocídio do jovem negro sem suas mães e avós que adoecem, acometidas por doenças psíquicas. Ou pensar as violências que os corpos das mulheres negras estão sujeitados, tendo às vezes como algozes os homens negros, destituídos de seus direitos de cidadão. Mas longe de pôr fim às discussões acerca das violências e das categorias que se usará para enfrentar o modelo hegemônico produzido pelo combo ocidental – macho, branco, cis, heteronormativo – a pesquisadora nigeriana, negra, socióloga, Oyèrónké Oyewùmí é mais radical. Em sua tese defendida em 1997, *A Invenção das Mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (2021), Oyewùmí denuncia que a categoria “mulher” é uma invenção ocidental e que tal categoria não é possível de ser encontrada em sociedades africanas, como na yorubalândia tradicional. E mais: que a relação que condiciona anatomia corporal a gênero – a biológica – e por conseguinte, a poder, é típica das sociedades por ela designada como *ocidentalcentrada* (em alternativa à eurocentrada, pois segundo Oyewùmí, o termo “ocidental” abarcaria também os EUA). A socióloga nigeriana pretende também combater a ideia de que as sociedades africanas tradicionais são atrasadas em relação às ocidentais por ser patriarcal e machista. E ao invés de eleger o corpo das mulheres como central para o poder em África, o que ela faz é mostrar que não há



relação entre anatomia corporal e poder, ou que um não determina o outro. Ao pesquisar a língua tradicional Yorubá, Oyewùmí demonstra que a definição do centro de poder é feita pela senioridade, independente da anatomia corporal. E que a língua yorubá tradicional não possui marcadores de gênero e foi vítima das modificações da adoção da língua Inglesa como padrão, efeito da colonização. Embora soubessem que havia corpos que geram outros corpos, estes não são nem superiores e nem inferiores na relação de poder naquela sociedade. Deste modo, o desafio das pesquisas atuais que povoam o continente africano em busca de sua diferença é entender que muitas de suas categorias são alienígenas para algumas sociedades tradicionais, não são universais. No entanto, séculos de movimentos de invasão e colonização desorganizaram relações sociais tradicionais e por isso, exige dos atuais investigadores sociais muita atenção. Oyewùmí aponta que a política ocidental está centrada no império do sentido da visão, desse modo produzem uma “cosmovisão”. Enquanto as sociedades tradicionais africanas, como exemplo a sociedade yorubá tradicional, possuem uma relação mais ampla entre todos os sentidos, o que leva estas sociedades a produzirem não uma cosmovisão, mas uma “cosmopercepção” do mundo. Oyérònké Oyewùmí denuncia a boa vontade de algumas pesquisas que tentam impor às comunidades tradicionais a divisão de trabalho por gênero ou como padrão de governantes homens, colocando mulheres como excepcionalidade. Algo parecido acontece com Ngola Nzinga Mbande, que governou o Reino banto do Ndongo-Matamba, entre os anos de 1624 e 1663, onde hoje se localiza Angola. Quando os portugueses chegaram àquela costa de África, não havia diferenciação por gênero de governantes daquele lugar, qualquer pessoa que ocupasse tal posto de poder era um “Ngola”, nome que serviu para que os portugueses batizassem aquela terra. Mesmo as funções de poder ditas típicas para corpos de anafêmeas na yorubalândia (termo criado por Oyewùmí para dizer “anatomicamente fêmeas”) hoje encontradas precisam ser vistas com cuidado, para não produzir no avesso uma idealidade que certas funções sempre foram realizadas apenas por mulheres, desconsiderando as influências do regime colonial. O trabalho de Oyewùmí põe questões desafiadoras para uma ciência e para movimentos sociais ocidentais centrados em categorias universalistas, até mesmos para



pesquisas e movimentos que se apresentam como alternativa ao hegemônico. Denunciamos desse modo o racismo estrutural nas pesquisas relacionadas aos movimentos feministas, apontando alternativas para o seu enfretamento.

## REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. **Porque é que a interseccionalidade não pode esperar**. Trad. Santiago D'Almeida Ferreira. Disponível em <https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/proque-e-que-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar-kimberle-crenshaw/>. Acessado em 06 de setembro de 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RIBEIRO, Katiuscia. Nem feminismo branco, nem negro. O que é o mulherismo e a quem ele da voz? Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/19/nem-feminismo-branco-nem-negro-o-que-e-o-mulherismo-e-a-quem-ele-da-voz.htm>. Acessado em 01 de dezembro de 2019.